

Cooperativismo em Perspectiva: Trajetórias e Desafios do Cooperativismo em Cuba.

Laura Sozim Cressoni¹

Resumo: O presente artigo pretende realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o Cooperativismo e o Cooperativismo Cubano, utilizando como fonte autores referencia no tema estudado como Reynaldo Jiménez e Camila Piñero, dentre outros, para um levantamento da evolução do Cooperativismo em Cuba, pós-revolução de 1959. O Cooperativismo Cubano surge em resposta a necessidades de créditos bancários para o setor agropecuário, após o início do maior bloqueio econômico realizado contra um país, o bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba, que persiste até a atualidade. Verificamos com a pesquisa os problemas encontrados na experiência cubana e a necessidade da educação/formação cooperativa dentro das cooperativas cubanas, para uma maior autonomia e sentimento de pertencimento, que continuam sendo um empecilho, principalmente nas Unidades Básicas de Produção Cooperativa.

Palavras-Chave: Cooperativismo Cubano, Reforma agrária, Cuba.

Resumen: Este trabajo se propone realizar una pesquisa bibliográfica sobre el Cooperativismo y el Cooperativismo cubano, utilizando como fundamentación teorica autores que son refencia en el tema estudiado, como Reynaldo Jiménez y Camila Piñero, entre otros, para recorrer la evolución del Cooperativismo en Cuba, posrevolución de 1959. El Cooperativismo cubano surgió como respuesta a las necesidades de obtener créditos bancários, tras el inicio del mayor bloqueo económico realizado contra un país, el bloqueo de Estados Unidos contra Cuba, que sigue hasta la actualidad. A través de la investigación verificamos la necesidad de educación/formación cooperativa dentro de las cooperativas cubanas, para una mayor autonomía y sentido de pertenencia, lo que continúa siendo un problema, especialmente en las Unidades Básicas de Producción Cooperativa.

Palavras Clave: Cooperativismo Cubano, Reforma agrária, Cuba.

Introdução

O trabalho conjunto e o cooperativismo existem desde a origem da humanidade, mas o cooperativismo moderno surge com a revolução industrial e seus efeitos sociais, no fim do século XVIII. As primeiras cooperativas modernas surgem em um contexto de convulsão econômica e social e tentavam aliviar a situação de miséria e exploração que sofria o proletariado.

A primeira cooperativa moderna reconhecida por seu êxito foi os Pioneiros de Rochdale, criada em 1844, que possuía uma melhor organização que as experiências anteriores, tinha

¹ Socióloga, pós-graduada pelo ICIC (Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello) e graduanda do curso de Direito, ISULPAR. E-mail: lauracressoni@gmail.com

como objetivo a eficiência econômica e a satisfação das necessidades de seus sócios. Eles marcaram o movimento cooperativo que os seguiu, que tinham como prioridade a rentabilidade econômica da cooperativa, abandonando a característica de luta ético-moral contra o capitalismo, que caracterizava experiências cooperativas anteriores, inspiradas pelos socialistas utópicos.

A evolução do movimento cooperativista em Cuba é jovem, marcando seu início depois da Revolução Cubana em 1959 (antes não existia de forma significativa) e da instauração das duas Leis de Reforma Agrária (1959 e 1963), que criaram as condições para o desenvolvimento do cooperativismo agrícola, a partir da distribuição de terras que antes eram de latifundiários.

As cooperativas agrícolas em Cuba são divididas em três grupos: As chamadas CCS, que são cooperativas de créditos e serviços, criadas nos anos 60; As CPA, que são Cooperativas de Produção Agrícola, criadas nos anos 70 e as UBPC, que são as Unidades Básicas de Produção Cooperativa, criadas nos anos 90. Nesse artigo explicaremos o contexto do surgimento de cada uma delas, características e dificuldades enfrentadas, principalmente após a queda do bloco socialista, que deixou Cuba isolada e enfrentando um bloqueio econômico dos Estados Unidos que dura até os dias atuais.

1. Cooperativismo: A origem das Cooperativas.

Segundo Engels (1980), o trabalho teve uma função essencial no surgimento do homem e sua evolução. A partir do trabalho o homem se constituiu como tal, e esse é o sinal diferencial entre o bando de macacos e a sociedade humana. Desde o início da comunidade os homens começaram a trabalhar juntos, de forma cooperativa, pois o trabalho conjunto tinha vantagens para os indivíduos, e contribuiu para a agrupação dos homens em uma sociedade que não possuía ainda a propriedade privada. Da mesma forma que, com o domínio de outras formas de trabalho (escravidão, feudalismo e capitalismo), o trabalho cooperativo ou autogestionário seguiu existindo, como aponta Camila Piñeiro (2011). Então, podemos dizer que o trabalho conjunto e cooperativo existe desde a origem da humanidade.

A cooperativa moderna surge com a revolução industrial e seus efeitos sociais no final do século XVIII na Inglaterra. A revolução industrial e os avanços da ciência e a técnica trouxeram consigo importantes mudanças na concentração e centralização da produção e do

capital, ademais que de importantes transformações na ordem socioeconômico. A expansão da acumulação de capital levou ao empobrecimento de milhões de trabalhadores.

A classe trabalhadora tinha largas jornadas de trabalho, em péssimas condições, recebendo um salário que era insuficiente até para a alimentação, viviam em situação precária e insalubre e não tinham direitos ante os patrões. Nesse contexto de convulsão social e econômico surgem, em resposta a esses e outros problemas que dificultavam a sobrevivência do proletariado, as primeiras cooperativas modernas, que tinham como objetivo aliviar a carga de miséria que impunha a eles o sistema capitalista.

A maior parte das primeiras cooperativas eram cooperativas de consumo, que buscavam, satisfazer principalmente as necessidades de alimentação dos trabalhadores, embora existiram também nessa época cooperativas de produtos, em menor quantidade e essencialmente agrícola (Piñeiro, 2011).

As primeiras cooperativas foram marcadas pelo fracasso econômico, pois tinham seu enfoque no social e não na parte empresarial. Se orientavam para curto prazo, sem se preocupar pela reprodução econômica da organização, pelo que se mantinham ativas durante um período curto de tempo. Essas primeiras cooperativas foram influenciadas pelos socialistas utópicos pré-marxistas, que criticavam o sistema capitalista, mas desde uma posição ético-moral, entretanto não reconheciam a luta de classes e suas implicações políticas. As primeiras cooperativas, tanto as de consumo, como as de produção agrícola, foram esmagadas pela burguesia, pois estas começaram a afetar seus interesses (Piñeiro, 2011).

A cooperativa moderna mais reconhecida por seu êxito, foi Os Pioneiros de Rochdale, uma cooperativa de consumo, criada em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra. Depois de uma greve, 28 trabalhadores da indústria têxtil, ficaram sem trabalho e constituíram a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, conhecida como os Pioneiros de Rochdale, a primeira cooperativa formalmente constituída, ainda que existiam experiências anteriores.

O êxito dessa cooperativa é resultado de uma melhor organização, comparadas com as experiências anteriores, eles traçaram como objetivo ser eficientes economicamente e satisfazer as necessidades sociais dos associados, seguiram um programa que tinha princípios teóricos e práticos de organização e funcionamento, que derivavam de seu programa básico. O êxito foi

uma mostra da capacidade organizativa da classe trabalhadora e serviu de exemplo para as cooperativas que vieram depois, demonstrando a factibilidade econômica e social da cooperativa. (ENECOOP)

2.Os Clássicos do Marxismo – Leninismo

Marx e Engels criticavam as cooperativas de meados do século XIX, pois renunciavam a luta política e se limitavam a atender aos interesses de seus sócios, mas reconheciam as vantagens destas, pois podiam gerar um movimento social que iam contra a propriedade privada, a desigualdade e o individualismo (Miranda, 2011). Marx y Engels viam as potencialidades do movimento cooperativo na luta contra o capitalismo, mas alertavam sobre os perigos da influência do sistema capitalista nos experimentos de autogestão.

Marx via o cooperativismo como um movimento social, que poderia contribuir para a transformação da sociedade, mas esse movimento sozinho não transformaria o sistema social, para ele seria necessário o emprego das forças organizadas da sociedade para tomar o poder estatal das mãos dos capitalistas, para as mãos dos próprios produtores. As mudanças gerais, na visão de Marx, eram essenciais para a emancipação do trabalho e conversão da produção social em um grande e harmonioso sistema de produção cooperativo (Miranda, 2011).

Como defende Humberto Miranda (2011), Lenin via no cooperativismo os gérmenes do socialismo, dizendo que uma vez que o estado fosse socialista, a associação seria algo evidente, afirmando que se toda produção estivesse organizada em cooperativas, se chegaria ao socialismo.

Lenin (1961) destaca a necessidade de elevar o nível cultural dos cooperativistas, para levar a cabo a cooperação de forma gradual, e a necessidade de subordinar os interesses privados aos interesses gerais.

Por outra parte, Lenin (1961) argumenta que os socialistas utópicos se equivocaram ao pensar que era possível a transformação pacífica da sociedade através do socialismo, sem ter em conta a luta de classes, e por isso considera o socialismo cooperativista, como eles defendiam, uma fantasia. Para ele, sem a luta de classes pelo poder político pelo Estado, o socialismo não seria possível. Embora, depois da tomada do poder político pela classe proletária, o desenvolvimento da cooperação se identifica com o desenvolvimento do

socialismo. E que para lograr a cooperatização da produção é necessário elevar as vantagens da cooperação e elevar o nível cultural da população. Nas palavras de Lenin (1961, p.784): "*Si pudiéramos organizar en las cooperativas toda la población, ya estaríamos con ambos pies en el suelo socialista. Pero esta condición, la de organizar toda población en cooperativas es imposible sin una revolución cultural.*"

Para Lenin, o Estado tinha a tarefa fundamental de uma educação cultural, para que os membros das cooperativas fossem membros “cultos”, que fossem conscientes das vantagens da participação na gestão e também preocupados com as dimensões sociais e não somente seus interesses individuais (Miranda, 2011).

3.Cooperativismo: Definição, princípios, vantagens.

A definição de cooperativa, segunda a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), é uma associação autônoma de pessoas democraticamente controlada. Os valores da cooperativa, segundo a ACI, são: Ajuda mutua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade (ACI, 2010).

Os princípios do cooperativismo tem suas origens nos Pioneiros de Rochdale, e desde ali se tem trabalhado para melhorar sua formulação, que hoje se apresenta como os Princípios do Cooperativismo, proclamados pela Aliança Cooperativa Internacional, que são:

Primeiro Princípio: Adesão voluntária e aberta.

Segundo Princípio: Gestão democrática por parte de los sócios.

Terceiro Princípio: Participação econômica dos sócios: aporte.

Quarto Princípio: Autonomia e independência.

Quinto Princípio: Educação, formação e informação.

Sexto Princípio: Cooperação entre cooperativas.

Sétimo Princípio: Interesse pela comunidade.

O cooperativismo é um movimento socioeconômico muito importante no mundo, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos. Atualmente existem más de 750.000 cooperativas em todo el mundo, agrupando más de 800 milhões de sócios, oferecendo serviços a 50% dos habitantes do planeta. Para demonstrar a importância econômica das cooperativas, as 300 maiores cooperativas do planeta contam com uma cifra de negócios de 1.1 bilhões de dólares, o que representa a décima segunda economia mundial. (MINAG, 2009).

Em relação a integração, as cooperativas podem classificar-se da seguinte maneira:

Cooperativas de base ou primeiro grau: Formadas por um grupo de pessoas com objetivos e interesses comuns que se associam e formam uma empresa.

Cooperativas de segundo grau: Várias cooperativas se associam para conformar uma empresa que satisfaz uma necessidade comum a todas

Cooperativas de terceiro grau: São formadas por várias cooperativas de segundo grau e são denominadas “federações” ou “confederações”.

As cooperativas também podem ser classificadas de acordo com sua atividade econômica: Cooperativas de Produção de bens e serviços, constituídas por um grupo de pessoas ou cooperativas que se unem para produzir conjuntamente. Cooperativas de Consumo de Bens e Serviços, que é a associação de personas ou cooperativas para adquirir conjuntamente bens e serviços de qualquer tipo. Cooperativas Mistas, que é a união de outros dois tipos, são grupos de pessoas ou de cooperativas que se unem para produzir e adquirir conjuntamente bens e serviços.

A empresa cooperativa tem uma dupla natureza, é ao mesmo tempo uma associação e uma empresa. Os associados não são somente os coproprietários, mas também seus usuários e o associado é quem promove a direção do empresarial. Em uma cooperativa, independentemente do capital aportado por cada um, todos devem ter o mesmo poder na tomada de decisões. A gestão eletiva deve ser democraticamente gerenciada por seu coletivo e socialmente responsável pelo desenvolvimento local da comunidade em que se encontra.

As cooperativas modernas surgem para resolver um problema comum, a partir do esforço colectivo dos sócios que podem vivenciar as vantagens do trabalho cooperado e a

superioridade das relações que se estabelecem ali, com uma gestão democrática que inclui a todos os sócios na tomada de decisões, trazendo para os cooperativistas um sentimento de unidade e de pertencimento. (Piñeiro, 2011)

O cooperativismo se diferencia da empresa estatal ou privada por sua forma de gestão, que se caracteriza por uma participação democrática de todos seus associados, que leva em consideração os interesses do coletivo. Elas melhoram a produtividade dos pequenos produtores, que podem comprar mais, com melhores preços e tem acesso a um mercado mais justo. Aumentam a produtividade do trabalho, que com redistribuição dos excedentes melhoram os ingressos dos trabalhadores. Geram sentido de pertencimento, já que com a gestão democrática todos se sentem responsáveis pelas decisões e seus resultados, levando aos trabalhadores a se comprometerem e identificar-se com seu trabalho, gerando maior motivação. São mais adaptáveis a situações de crises financeiras. Aumentam os benefícios sociais aos cooperativistas, seus familiares e a comunidade na qual estão inseridos através da responsabilidade social. As empresas cooperativas nas quais não se aplicam os princípios que caracterizam o movimento cooperativo, são então falsas cooperativas.

4.Cooperativismo Agrícola em Cuba.

Segundo Nova (2011), o desenvolvimento do cooperativismo em Cuba é bastante jovem, já que antes da Revolução Cubana de 1959 não existia de forma significativa. A agricultura antes da Revolução era predominada pelos latifúndios, e não existia um número considerável de cooperativas agrícolas, já que para a cooperatização era necessária a associação de proprietários e usufrutuários livres. Como argumenta Jiménez (2006), condição essa somente possível depois da reforma agrária.

A situação da distribuição das áreas agrícolas em Cuba estava tão polarizada, que apenas 9,4% dos proprietários possuíam 73,3% das terras agrícolas, exemplificando a concentração de riqueza no sector agropecuário (Jiménez, 2003).

Essa conjuntura mudou com o triunfo da Revolução Cubana e a implementação da primeira e segunda Lei de Reforma Agrária, que segundo Jiménez (2003), liquidou os grandes proprietários de terras e os latifúndios, passando ao Estado Cubano mais de 70% das terras

agrícolas, estabelecendo o setor estatal na agricultura cubana e colocando nas mãos dos camponeses mais de 20% das terras agrícolas.

4.1.O surgimento do cooperativismo cubano

Durante os primeiros anos da Revolução Cubana se criaram no país as cooperativas de cana e as sociedades agropecuárias. As cooperativas “cañeras”, segundo Jiménez (2006) eram formadas por trabalhadores agrícolas e se estabeleciam nas terras dos antigos latifúndios, que recebiam a terra e os meios de produção por usufruto e possuíam o poder econômico e jurídico da terra. Os erros organizativos e de direção marcaram a curta duração dessa cooperativa, que se transformaram em granjas estatais. A sociedade agropecuária, segundo Jiménez (2006), se constituiu a partir da voluntariedade dos camponeses de unir suas terras e meios de produção, para trabalhar de forma coletiva na terra. Estas sociedades desapareceram nos anos 70.

4.2.A cooperatização em desenvolvimento: A criação da CCS e da CPA.

Nos anos 60, com a retirada do país das instituições bancárias que proviam créditos agrícolas, surge a necessidade de proporcionar continuidade ao processo de obtenção de crédito. Neste contexto que se decide criar as Cooperativas de Créditos e Serviços, as CCS (Nova, 2011).

As CCS, segundo Nova (2011, p.322-323), "fueron integradas de forma voluntaria por los campesinos beneficiados por las leyes de reforma agraria que así lo deseaban. Ellos se unían a la CCS para recibir determinados beneficios como el crédito bancario, la adquisición de tecnología de punta, así como favorecer las gestiones de mercado, precios, entre otros aspectos."

Na década de 70, argumenta Nova (2011), no primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba, se defendeu a necessidade de formas superiores e mais eficientes de produção. Se decide então aprovar e desenvolver o movimento cooperativo entre os camponeses beneficiados pela entrega de terra pela reforma agrária. Assim se constitui as Cooperativas de Produção Agrícola, as CPAs receberam um forte apoio estatal na concessão de empréstimos brandos, abundante ajuda material e assessoria direta.

De acordo com Nova (2011, p.324-325) "as CPA se formaron a partir de campesinos propietarios que aportaban a la cooperativa tierra y restantes medios de producción bajo el

principio de la voluntariedad. A diferencia de la CCS, los miembros de las CPA venden dichos medios a la cooperativa, reciben el pago por los mismos y pasan a ser propietarios y trabajadores colectivos".

4.3. Cooperatização da empresa agrícola estatal: a crise dos 90.

Como aponta Nova (2011), o modelo cubano agrícola até então, se caracterizava por um “gigantismo”, uma empresa estatal de grandes escalas de produção e centralização. Até o ano 93, 82% de terra total de Cuba era de propriedade e gestão estatal. Esse modelo se baseava em uma agricultura industrial, que se caracterizava por um alto consumo de insumos, com expressivo investimento e equipamentos por hectares e grande dependência externa, já que, como diz Jiménez (2006), a maioria dos insumos, peças de reposição e combustíveis eram comprados dos países do leste Europeu e da União Soviética.

Esse modelo, desde os anos 80, já começava a mostrar desgaste, mas a queda dos países socialistas foi um fator crucial na crise econômica do setor agropecuário cubano. Segundo Jiménez (2003), 83% del comércio de Cuba se desenvolvia com os países do campo socialista, contraindo drasticamente a capacidade de importação do país com a queda desses, afetando a capacidade de importação do país, que impactou nas esferas de produção industrial e agropecuária.

A empresa estatal, como já mencionado, grande consumidora de insumos e investimentos, estava menos preparada para as limitações de recursos decorrentes da crise dos anos 90, enquanto as CPA e CCS, se saíram melhor nessa situação. As CPA, segundo Nova (2011) tinham uma escala produtiva menor, faziam melhor uso das forças produtivas e de recursos materiais, além de melhor aproveitamento dos recursos naturais. Como afirma Nova (2011), em 1992, período crítico da crise, 85 % das CPA eram rentáveis, enquanto que em 1990, apenas 27% das empresas estatais eram rentáveis. Esses resultados positivos das CPA serviram de inspiração para a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC).

Várias medidas foram tomadas para a superação da crise econômica e para garantir a seguridade alimentaria do país, como: a entrega de terras ociosas em usufruto para pessoas naturais e pessoas jurídicas para o aumento da produção, a abertura de mercados agropecuários

livres, a substituição de insumos químicos por alternativas biológicas nacionais para uma agricultura sustentável, e a descentralização das empresas estatais em cooperativas.

A criação da Unidade Básica de Produção Cooperativa foi uma das estratégias adotadas para enfrentar a situação de crise, mudando as relações de propriedade e de produção agropecuária para facilitar o desenvolvimento das forças produtivas. Essa transformação se deu com a conversão da maioria das granjas estatais de produção em UBPC. (Jiménez, 2003)

As UBPC, segundo Nova (2011) se constituíram com a subdivisão das empresas estatais, a partir da entrega em usufruto indefinido aos coletivos de trabalhadores, no qual estes se converteram em proprietários coletivos. Essas se baseavam em quatro fundamentos:

1. A vinculação do homem à área como forma de estimular seu interesse pelo trabalho e seu sentido concreto de responsabilidade individual e coletiva.
2. O autoabastecimento do coletivo de trabalhadores e suas famílias com esforço cooperado, assim como melhorar progressivamente as condições de moradia e outros aspectos relacionados com a atenção ao homem.
3. Associar rigorosamente os salários dos trabalhadores a produção alcançada..
4. Desenvolver amplamente a autonomia de gestão. As unidades de produção que se propõem devem administrar seus recursos e fazer-se autossuficientes na ordem produtiva.

Desde sua criação, a UBPC tem apresentado diversos problemas que afetam sua gestão, como a falta de autonomia na gestão da UBPC e a ausência do sentido de pertencimento, essenciais para um funcionamento eficiente de uma empresa cooperativa. Apesar das medidas tomadas, a autonomia das UBPC segue sendo uma trava, localizando essa como um meio termo entre uma empresa estatal e uma cooperativa. Em 2012 o Comitê Executivo do Conselho de Ministros aprovou 17 medidas imediatas para tentar resolver o problema de autonomia da UBPC, no qual se reconhece as limitações das UBPC, mas para a solução dos problemas da UBPC é necessário seu reconhecimento como uma empresa autônoma e desenvolver uma organização própria, que para se desenvolver necessita de uma cultura cooperativa entre os sócios, que poderia se desenvolver com uma educação e capacitação cooperativa.

Referencias Bibliográficas:

ENECOOP. **Cooperativismo y administración: Un reto en un nuevo milenio.** Colectivo de autores. Centro de Estudios sobre Desarrollo Cooperativo y Comunitario. Universidad de Pinar del Rio “HNOS SAÍZ MONTES DE OCA”. Escuela Nacional de Educación Cooperativista, INC.

ENGELS, F. **El Papel del Trabajo en la Transformación del Mono en Hombre.** In: MARX Y ENGELS: Obras Escogidas. Tomo III. Editorial Progreso, Moscú. 1980.

JIMENEZ, R, GUERRERO, R. **El Cooperativismo Cubano: História, presente y perspectivas.** IN: Revista UNIRCOOP, Red universitaria de las Américas en estudios cooperativos y asociativismo. Volumen 1, num. 2. 2003.

JIMENEZ, R. **El Desarrollo del Cooperativismo en Cuba,** 2005.

LENIN, V. **Sobre la Cooperación.** IN: Obras Escogidas em três tomos, tomo III. Editorial Progreso, Moscú. 1961.

MINAG, **Aspectos Básicos sobre Gestión Integral Cooperativa: Manual para productores y productoras.** Colectivo de Autores. Ministério de la agricultura, Havana, 2009.

MIRANDA, H. **Cooperativismo y Autogestion em las visones de Marx, Engels y Lenin.** IN: Cooperativa y Socialismo: Una mirada desde Cuba, copiladora: Camila Piñeiro, editorial Caminos, La Habana. 2011

NOVA, A. **Las Cooperativas Agropecuarias en Cuba.** IN: Cooperativa y Socialismo: Una mirada desde Cuba, copiladora: Camila Piñeiro, editorial Caminos, La Habana. 2011

PIÑERO, C., CRUZ, J. **¿Que es una cooperativa?** IN: Cooperativa y Socialismo: Una mirada desde Cuba, copiladora: Camila Piñeiro, editorial Caminos, La Habana. 2011